

**Fundo de Investimento do
Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço – FI-FGTS**

(CNPJ: 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotista
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (o “Fundo”), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2013 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 7, em 31 de dezembro de 2013, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda de ações pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573 mil, registrando resultado positivo no exercício de R\$ 445.176 mil. Essa nova avaliação foi realizada considerando análise feita pelo administrador e gestor do Fundo com base na situação atual do devedor e seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2012, devido às incertezas que envolviam, naquele momento, a definição do valor de realização desse ativo, a Administradora do Fundo decidiu por manter o seu saldo ao mesmo valor contábil líquido registrado antes do exercício da referida opção de venda. Assim, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não contemplaram qualquer efeito eventualmente existente à época em relação ao valor estimado de realização. Dessa forma, não foi praticável determinar a parcela do resultado reconhecida no exercício de 2013, que deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 (c) e 5, o Fundo investe em empresas de capital fechado, e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Brasília, 15 de maio de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1 "S" DF

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Valor atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			1	-
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.068.444	4.842.081	16,93
Notas do Tesouro Nacional		2.068.444	4.842.081	16,93
Debêntures não conversíveis em ações		4.191.199	14.609.222	51,10
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	5.130.955	17,94
Sete Brasil Participações S.A.		1.850	2.067.138	7,23
Santo Antonio Energia S.A.		1.520.120	1.742.949	6,09
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	994.687	3,48
Prumo Logística S.A.		750.000	875.109	3,06
Teles Pires Participações S.A.		65.000	740.996	2,59
Light Serviços de Eletricidade S.A.		30	30.226	0,11
Ligth Energia S.A.		470	473.539	1,66
Cibe Energia e Participações S.A.		3.729	387.205	1,35
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	340.516	1,19
Alupar Investimento S.A.		300	328.919	1,15
OAS Engenharia e Participações S.A.		250	298.875	1,04
MRS Logística S.A.		30.000	233.244	0,82
ALL AM Latina Logística Malha Sul		1	173.405	0,61
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.		1	173.405	0,61
Ferro Norte S.A. Ferrovias Norte Brasil		1	173.405	0,61
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	136.998	0,48
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	119.564	0,42
TESC- Terminal Santa Catarina S.A.		88	110.940	0,39
Odebrecht Transport S.A.		7.950	77.147	0,27
Cotas de fundos		1.423.742.355	1.749.113	6,11
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento		500.000.000	638.842	2,23
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		727.910.071	587.929	2,06
Fundo de Investimento em Participações Sondas		195.632.184	337.508	1,18
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100	100.800	0,35
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT		200.000	84.034	0,29
Ações sem cotação em bolsa		983.047.294	5.916.857	20,67
Odebrecht TransPort.Participações S.A.		64.400.045	2.438.705	8,53
Odebrecht Engenharia Ambiental S.A.		155.322.199	1.023.630	3,58
Energimp S.A.		460.437.026	523.613	1,83
Cone S.A.		35.099.302	761.075	2,66
J.Malucelli Energia S.A.		179.681	261.668	0,91
MDCPar S.A.		971.770	157.873	0,55
Brado Logística e Participações S.A.		2.857.143	401.563	1,40
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.		80.591.273	84.326	0,29
Hidrotérmica S.A.		55.667.283	114.183	0,40
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.		22.242.817	48.338	0,17
Foz do Rio Claro Energia S.A.		40.991.800	38.310	0,13
Ijuí Energia S.A.		42.041.590	32.215	0,11
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		11.293.274	15.044	0,05
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		10.952.091	16.314	0,06
Ações com cotação em bolsa		29.243.000	475.199	1,66
Alupar Investimento S.A.		29.243.000	475.199	1,66
Ações preferenciais resgatáveis		77.314.845	264.681	0,95
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	231.554	0,82
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.		9.518.235	33.127	0,13
Valores a receber			768.007	0,17
Valores a receber			720.573	2,52
Dividendos e bonificações a receber			47.434	0,17
Total do ativo			28.625.161	97,59
Valores a pagar			18.651	0,06
Taxa de administração			18.489	0,06
Outros			162	-
Patrimônio líquido			28.606.510	97,53
Total do passivo e patrimônio líquido			28.625.161	97,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,363773 cada	26.432.610	
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R\$ 1,271922 cada		21.017.118
Cotas emitidas no exercício		
2.869.692.203,030 cotas	-	3.757.854
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	<u>26.432.610</u>	<u>24.774.972</u>
Resultados do exercício		
Receitas	<u>1.984.053</u>	<u>1.428.463</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	442.072	458.743
Rendas de títulos e valores mobiliários	1.541.981	969.720
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	<u>(36.381)</u>	<u>405.559</u>
Resultado da avaliação dos investimentos	(42.146)	222.752
Lucro na alienação de ações	5.765	182.807
Outras receitas/despesas operacionais	<u>445.176</u>	<u>-</u>
Rendas de valores a receber	445.176	-
Despesas	<u>(218.948)</u>	<u>(176.384)</u>
Taxa de administração	(217.890)	(175.531)
Custódia	(190)	(196)
Taxa de fiscalização	(43)	(43)
Serviços técnicos especializados	(825)	(614)
Resultado do exercício	<u>2.173.900</u>	<u>1.657.638</u>
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,475934 cada	<u>28.606.510</u>	
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,363773 cada		<u>26.432.610</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2. Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

c.2. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.3. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.4. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperação do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.5. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. e pela ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. (Nota 5.2) são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações da Hidrotérmica terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal; e, os dividendos mínimos cumulativos das ações da ERB são de 9,5% ao ano sobre o valor do principal.

c.6. Ações de companhias abertas

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

d. Valores a receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2013 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2013	Valor em 31/12/2012	Valor da emissão	Data de Emissão	Data Final de Vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	5.130.955	5.699.954	7.000.000	23/12/2008	15/10/2029
Sete Brasil Participações S.A.	(b)	2.067.138	-	1.850.000	19/02/2013	15/08/2033
Santo Antônio Energia S.A.	(c)	888.016	788.902	770.448	25/10/2012	01/11/2036
		854.933	-	809.346	28/06/2013	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	994.687	945.534	940.000	01/12/2012	01/12/2027
Prumo Logística S.A.	(e)	875.109	778.813	750.000	15/09/2012	15/09/2027
Teles Pires Participações S.A.	(f)	740.996	680.984	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(g)	30.226	30.169	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(h)	473.539	472.654	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Cibe Energia e Participações S.A.	(i)	296.065	253.660	252.976	24/08/2012	31/08/2014 (1ª série)
		91.140	140.930	140.498	24/08/2012	18/01/2017 (2ª série)
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(j)	340.516	321.456	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(k)	328.919	310.812	300.000	30/05/2012	30/05/2027
OAS S.A.	(l)	298.875	282.310	250.000	13/01/2012	13/01/2027
MRS Logística S.A.	(m)	233.244	270.418	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(n)	173.405	171.978	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(n)	173.405	171.978	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(n)	173.405	171.978	166.667	08/09/2008	31/07/2018
EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	(o)	136.998	150.152	171.000	23/01/2009	23/01/2024
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S.A.	(p)	119.564	119.687	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(q)	110.940	101.733	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht TransPort S.A.	(r)	77.147	-	75.702	14/11/2013	15/10/2025
Madeira Energia S.A. - MESA	(t)	-	806.289	518.909	02/04/2009	30/09/2013
TOTAL		14.609.222	12.670.391	16.275.880		

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal, posteriormente, com a Lei nº 5.662 e o Decreto nº 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovias, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b) Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 19 de fevereiro de 2013, o Fundo adquiriu 1.850 debêntures emitidas pela Sete Brasil Participações S.A. ao preço de R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizadas para o financiamento do programa de

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

investimentos da emissora, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias da companhia para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

c) Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistema de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

d) Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas – MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

e) Prumo Logística S.A.
(anteriormente denominada LLX Açú Operações Portuárias S.A.)

A Prumo Logística S.A. foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

Os recursos captados por meio dessa emissão são utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra – RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na Cia, que culminou na alteração de controlador da Emissora. O novo controlador é o Grupo EIG com 52,8% do capital social e a razão social da companhia foi alterada de LLX Açú Operações Portuárias S.A. para Prumo Logística S.A..

f) Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

g) Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

h) Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

i) Cibe Energia e Participações S.A.

A Cibe Energia e Participações S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 por sua única acionista Cibe Participações e Empreendimentos S.A., com o intuito de realizar investimentos de geração de energia elétrica, atividades de consultoria, assistência técnica e manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a Companhia Participar direta ou indiretamente.

Em 24 de janeiro de 2013, o Fundo recebeu R\$ 64.247 referente à amortização antecipada da 2ª série de debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. em virtude da alienação de ações representativas de 80% do capital da Energética Suape II S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa emissão se destinam-se para o investimento em Unidades Termoelétricas.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

j) ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão serão utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos e demais projetos aprovados na escritura.

k) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 3 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A..

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

l) OAS S.A.

A OAS S.A. e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

m) MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor ferroviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

n) ALL – América Latina Logística S.A.
(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL – América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

o) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

p) Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constantes no Anexo VI da Escritura de Emissão.

q) TESC – Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

r) Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht Transport S.A. tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

s) Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. – MESA é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME.

Por meio da Assembleia dos debenturistas realizada em 14 de junho de 2013 foi aprovado o resgate antecipado da 5ª e 6ª séries da 1ª emissão de debêntures da MESA que estavam em circulação em 27 de junho de 2013, e com isso, o Fundo deixou de ter debêntures da MESA em sua carteira.

5 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

Em 28 de março de 2013, visando o processo de abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a companhia adotou a estratégia de desdobramento ou “split” de suas ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 03 (três) unidades para cada unidade atual, com a finalidade de melhorar a sua liquidez. Vale destacar que no processo de desdobramento das ações, não houve redução do valor da companhia, somente a multiplicação da quantidade de ações, mantendo-se os mesmos percentuais de participação.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais**

O quadro acionário, após o desdobramento, ficou da seguinte forma:

Acionista	Qtde. de ações ON	Qtde. de ações ON após split	Qtde. de ações PN	Qtde. de ações PN após split	Participação no capital total (%)
Guarupart	129.203.332	387.609.996	5.463.668	16.391.004	82,16%
FI-FGTS	9.747.668	29.243.004	19.495.332	58.485.996	17,84%
Total	138.951.000	416.853.000	24.959.000	74.877.000	100,00%

No dia 23 de abril de 2013, data da abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a nova composição acionária da companhia passa a ser:

Acionista	Qtde. de ações ON		Qtde. de ações PN		Total	
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%) Total
Guarupart	387.609.996	83,74%	16.391.004	9,82%	404.001.000	64,15%
FI-FGTS	29.243.004	6,32%	58.485.996	35,05%	87.729.000	13,93%
Outros	46.000.000	9,94%	92.000.000	55,13%	138.000.000	21,91%
Total	462.853.000	100%	166.877.000	100%	629.730.000	100%

A partir de 24 de abril de 2013, a Alupar Investimento S.A. passou a ter units negociadas na BM&F-BOVESPA no Nível 2 de governança corporativa. O código do ativo é ALUP11.

Em 28 de maio de 2013, o Fundo recebeu R\$ 18.678 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

6.1 Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 conforme quadros abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais**

Empresas		31 de dezembro de 2013				Resultado de avaliação do investimento em ações - 2013			
		Saldo Contábil em 31/12/2012	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2013	Ajuste de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2013	Total
Alupar Investimento S.A.	(5)	534.551	-	-	-	-	-	-	
Cone S.A.	(a)	730.333	631.268	280.119	(150.312)	761.075	(23.263)	54.005	30.742
Energimp S.A.	(b)	531.294	372.339	151.274	-	523.613	-	(7.681)	(7.681)
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(c)	24.309	47.336	1.002	-	48.338	-	6.772	6.772
Odebrecht Ambiental S.A.	(d)	677.954	473.345	550.285	-	1.023.630	-	30.676	30.676
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(e)	35.096	38.310	-	-	38.310	-	3.214	3.214
Hidrotérmica S.A.	(f)	134.965	22.910	91.273	-	114.183	-	(20.782)	(20.782)
Ijuí Energia S.A.	(g)	31.623	32.215	-	-	32.215	-	592	592
J Malucelli Energia S.A.	(h)	291.593	115.385	178.638	(32.355)	261.668	(32.355)	2.430	(29.925)
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico	(i)	30.744	84.326	-	-	84.326	-	3.740	3.740
MDCPAR S.A.	(j)	53.592	56.901	100.972	-	157.873	-	(7.594)	(7.594)
Odebrecht TransPort S.A.	(k)	2.070.808	1.159.225	1.279.480	-	2.438.705	-	(60.674)	(60.674)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(l)	22.065	16.314	-	-	16.314	-	3.902	3.902
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(m)	20.519	15.044	-	-	15.044	-	3.309	3.309
Brado Logística e Participações S.A.	(n)	-	117.340	284.223	-	401.563	-	1.563	1.563
TOTAL 2013		5.189.446	3.182.258	2.917.266	(182.667)	5.916.857	(55.618)	13.472	(42.146)
TOTAL 2012		5.355.241	2.677.948	2.638.547	(127.049)	5.189.446	160.080	62.672	222.752

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais**

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2013			2012		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%	-	-	-
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	22.242.817	9.518.235	29,32%	15.845.450	-	49,90%
Odebrecht Ambiental S.A.	155.322.199	-	30,00%	129.846.574	-	26,53%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	40.991.800	49,99%	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	170.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	80.591.273	-	45,00%	30.750.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	971.770	-	38,00%	126.345	-	38,00%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%	54.642.462	-	30,00%
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	10.952.091	24,99%	-	17.523.345	39,99%
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	11.293.274	24,99%	-	18.069.239	39,99%

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

a. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 9 de abril de 2014.

b. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 20 de março de 2014.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

c. ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

Ações ordinárias

A ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital da ERB em R\$ 5.000, mediante a emissão de 1.853.570 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 926.785 ações, no montante de R\$ 2.500, as quais foram integralizadas em 14 de março de 2013.

A Assembleia Geral Extraordinária da ERB realizada em 10 de maio de 2013 aprovou aumento do capital da companhia em R\$ 4.514, mediante a emissão de 1.673.324 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 836.662 ações, no montante de R\$ 2.257, integralizadas em 31/07/2013.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária da ERB realizada em 24 de julho de 2013 foi aprovado o aumento de capital da companhia em R\$ 25.000, mediante a emissão de 9.267.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 4.633.920 ações à R\$ 12.500, integralizadas em 27 de agosto de 2013.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 31 de março de 2014.

d. Odebrecht Ambiental S.A.
(Anteriormente denominada Foz do Brasil S.A.)

A Odebrecht Ambiental S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto – concessões públicas de água e esgoto; (ii)

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

operações industriais – terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

Na Ata de Assembleia Geral Extraordinária de cotistas de 23 de julho de 2013 foi aprovada a alteração do nome da companhia de Foz do Brasil S.A. para Odebrecht Ambiental S.A.

Em 18 de dezembro de 2013, por meio da Assembleia Geral Extraordinária de cotistas foi aprovado aumento de capital da companhia no montante de R\$ 350.000, mediante a emissão de 28.307.666 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O FI FGTS subscreveu 25.475.625 ações ordinárias à R\$ 315.000, integralizadas em 27 de dezembro de 2013.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2014.

e. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2014.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

f. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 2 de abril de 2014, que continha ressalva com relação ao descumprimento de cláusulas restritas (“covenants”) vinculadas a índices financeiros e operações de mútuos constantes em determinados contratos de financiamentos cujo descumprimento permite às instituições financeiras exigir antecipadamente o valor total dos financiamentos vinculados, sendo os saldos desses financiamentos contabilizados em empréstimos e financiamentos no passivo circulante. Desta forma, o passivo circulante da controladora e do consolidado estão a menor e o passivo não circulante da controladora e do consolidado estão a maior naqueles montantes, respectivamente.

g. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominada Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2014.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

h. J Malucelli Energia S.A.

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2014.

i. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

O saldo do Fundo pendente de integralização na companhia em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 15.750 e foi integralizado em 13 de março de 2014.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 67.352, mediante a emissão de 67.351.785 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 30.308.303 ações, no montante de R\$ 30.308, as quais foram integralizadas em 16 de abril de 2013.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 43.407, mediante a emissão de 43.406.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, cujo o Fundo subscreveu 19.532.970 ações, no montante de R\$ 19.533, integralizadas em 16 de dezembro de 2013.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 21 de fevereiro de 2014.

j. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 6.458 mediante a emissão de 30.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo Fundo e registradas na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2012. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 11 de janeiro de 2013.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2014.

k. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Odebrecht Transport S.A. realizada em 28 de novembro de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 1.428.571, mediante a emissão de 32.525.276 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 9.757.583 ações, no montante de R\$ 428.571, integralizadas em 26 de dezembro de 2013.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2014.

1. Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (“Lavrinhas”), é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Essa central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), em 28 de outubro de 2013, e a Enixe Energias e Participações Ltda (“Enixe”), em 30 de outubro de 2013 exerceram a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Lavrinhas, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.”, datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo IPCA e acrescido a 7,8% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 15% e a Enixe sobre outros 15% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, o que corresponde a 7,49% no Capital Social da Lavrinhas vendidas a Alupar, e 7,49%, a Enixe. Em ações corresponde a 6.571.254 ações pelo montante de R\$ 12.353. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 24,99% de ações de emissão de Lavrinhas.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 21 de fevereiro de 2014.

m. Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (“Queluz”) é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Aquela central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), em 28 de outubro de 2013, e a Enixe Energias e Participações Ltda (“Enixe”), em 30 de outubro de 2013 exerceram a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Queluz, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Queluz de Energia S.A.”, datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo TR e acrescido a 9% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 15% e a Enixe sobre outros 15% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, o que corresponde a 7,49% da participação no Capital Social da Queluz vendidas a Alupar, e, 7,49% a Enixe. Em ações corresponde a 6.775.965 ações pelo montante de R\$ 10.754. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 24,99% de ações de emissão de Queluz.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 21 de fevereiro de 2014.

n. Brado Logística e Participações S.A.

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) criou em 01 de abril de 2011 uma nova

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócio de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rododiferroviário, armazenagem de carga reefer e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Brado Logística S.A. realizada em 05 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 400.000, mediante a emissão de 2.857.143 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu a totalidade das ações emitidas e as integralizou na mesma data.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2014.

6.2 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 231.554 (R\$ 218.832 em 2012) e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 46.305 (R\$ 26.517 em 2012).

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

6.3 Ações preferenciais resgatáveis ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

O Fundo adquiriu em 2 de setembro de 2013 9.518.235 ações preferenciais de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, com prioridade no reembolso de capital, sem direito a voto, resgatáveis e conversíveis, conforme a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2013, com dividendos mínimos cumulativos de 9,5% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor correspondente a R\$ 32.500, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações preferenciais ocorrerá até 30 de junho de 2014, caso seja formalizado o Compromisso de Investimentos do Terceiro Investidor.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 33.127 e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 1.129.

6.4 Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a abril de 2014. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2013 monta a R\$ 13.472 (em 2012 - R\$ 62.672), e está registrado na rubrica “Resultado da avaliação dos investimentos”.

Em 31 de dezembro de 2013 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes, considerando o percentual de participação devido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de perda do valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado em 31 de dezembro de 2013 a constituição de provisão para perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 55.618 (em 2012 foi revertida a provisão de perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 160.080), sendo registrado contabilmente na rubrica de Resultado da avaliação dos investimentos”.

7 Valores a receber - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, controlada pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), que atua exclusivamente como holding, controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

acionária em empresas controladas e coligadas, diretas e relativas (indiretas), vinculadas à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado. A Companhia detém investimento na controlada direta, Rede Energia S.A. que tem por objetivo a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão legal e nos termos da legislação em vigor, podendo participar de outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado.

Em 22 de novembro de 2012 o Fundo exerceu a opção de venda da totalidade das ações de emissão da EEVP de sua titularidade em face a Denerge, controladora da EEVP, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda e Permuta de Ações” celebrado entre o FI-FGTS e a Denerge, em 09 de agosto de 2010, pelas razões dispostas na Notificação de Exercício da Opção de Venda.

O exercício da opção de venda foi precedido de uma série de notificações que alertavam a EEVP e a Denerge quanto ao descumprimento dos compromissos assumidos perante o Fundo no Acordo de Investimentos e nos demais documentos que regulam o investimento do Fundo na Companhia.

Devido ao exercício da opção de venda, o FI-FGTS, até então acionista da companhia EEVP, passa a condição de credor da Denerge, não mais exercendo seus direitos de outorga enquanto acionista, assim não mais se fazendo representar em Reuniões de Conselho ou Assembleias de Acionistas e não perfazendo direitos econômicos de acionistas.

Portanto, com o exercício da opção de venda, a Denerge foi notificada para efetuar o pagamento do preço do exercício, no montante de R\$ 712.520, no prazo e condição disposta nos instrumentos firmados quando do investimento em 2010.

Tendo em vista o protocolo de pedido de recuperação judicial da Denerge e demais empresas do Grupo Rede, em data posterior ao exercício da opção de venda, porém antes do efetivo pagamento devido pelo exercício da opção de Venda, o Fundo foi listado como credor, na classe de créditos com garantia real dentro do processo de Recuperação Judicial.

Em 15 de março de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) conjunto da Rede Energia S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, QMRA Participações S.A., Denerge e EEVP, conjuntamente denominadas “Grupo Rede”, com o objetivo de permitir ao Grupo Rede (i) equacionar sua situação econômico-financeira; (ii)

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

levantar a intervenção nas Concessionárias Rede; e (iii) atender aos interesses e preservar os direitos dos credores, estabelecendo a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades relativas à distribuição, comercialização e geração de energia desenvolvidas pelo Grupo Rede, preservando as concessões outorgadas às Concessionárias Rede e o pleno atendimento aos serviços públicos à população das respectivas áreas de concessão.

Devido às incertezas que envolviam a definição do valor de realização desse ativo, a Administradora decidiu por manter o saldo desse ativo em 31 de dezembro de 2012 pelo mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, no montante de R\$ 275.397, reclassificando-o da rubrica “Ações sem cotação em bolsa” para a rubrica “Valores a receber”.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelo MM. Juiz de Direito e a decisão judicial ratificou a condição do FI FGTS de Fundo do Grupo Rede e legitimou o voto do Fundo pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pela Energisa.

A Energisa, por ora chamada de Investidor no PRJ, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo. A Energisa também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo Energisa distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios. Em 2012, distribuiu 10.833 gigawatt-horas de Eletricidade.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela ANEEL.

Considerando a Decisão Judicial favorável emanada no âmbito da Recuperação Judicial, após análise do plano de recuperação judicial apresentado, onde constam os compromissos de aporte da Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL, a qual fora precedida de análise do plano de recuperação apresentado, e a aprovação pelo CADE, adicionado ao evento de assunção do controle do Grupo Rede pela Energisa em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito.

Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP, pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

no exercício de R\$ 445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial.

8 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

9 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais**

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Demais aportes em 2013 (i)	-	-
Total aportado até 31/12/2013	19.381.973.233,9628	21.683.791

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve novas integralizações de cotas.

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS.

Em 28 de agosto de 2012, com base na Resolução nº 699 do CCFGTS, foi alterado o regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2011, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, totalizando R\$ 34.810.539.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

Parágrafo Único – As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

10 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Conseqüentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

11 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração e provisionada

diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício, foi R\$ 217.890 (em 2012 - R\$ 175.531).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

12 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 27.265.626 (R\$ 23.081.800 em 2012) são os seguintes:

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

	Taxa de		Outras	
	Administração		despesas	
	R\$	%	R\$	%
31 de dezembro de 2013	217.890	0,80	1.058	-
31 de dezembro de 2012	175.531	0,76	853	-

13 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em bolsa estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A.

14 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

15 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram os seguintes:

Data	Valor da cota	Rentabilidade
	(R\$)	(%)
31 de dezembro de 2011	1,271922	-
31 de dezembro de 2012	1,363773	7,22
31 de dezembro de 2013	1,475934	8,22

16 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

17 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, somente contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 Partes relacionadas

O Fundo mantém em 31 de dezembro de 2013 um montante de R\$ 18.489 (2012 – R\$ 15.692) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$ 217.890 (2012 – R\$ 175.531).

20 Eventos subsequentes

a. Em 17 de dezembro de 2013 mediante Assembleia Geral Extraordinária o capital social da OAS Óleo & Gás S.A. foi aumentado em R\$ 56.831 mediante a emissão de 1.309.916 novas ações ordinárias, de 1.786.061 ações preferenciais de Classe A e 2.063.983 ações preferenciais de Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$ 800.000, a serem oportunidade subscritas pelo Fundo.

Até 31 de dezembro de 2013, não houve subscrição de ações pelo Fundo, e a OAS Investimentos S.A. permanecia como detentora de 100% das ações da OAS Óleo & Gás S.A..

O Fundo subscreveu as ações em 02 de janeiro de 2014 a as integralizou parcialmente em 07 de janeiro de 2014, no montante de R\$ 90.000.

b. O Fundo integralizou em 24 de fevereiro de 2014 o montante de R\$ 19.960 no Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia referente a 24.716.246,10 cotas.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
Em milhares de reais

c. O Fundo adquiriu mais 24.716.827,62737000 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia no montante de R\$ 19.960, integralizadas em 25 de março de 2014.

d. O Fundo integralizou em 16 de abril de 2014 o montante de R\$ 38.771 no Fundo de Investimento em Participações Sondas referentes a 38.771.123 cotas.

e. Em 14 de abril de 2014 por meio da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital da VLI S.A. no montante de R\$ 476.700, mediante a emissão de 1.413.854.823 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e pelo preço unitário de R\$ 0,848743436, perfazendo o montante de R\$ 1.200.000.

A totalidade das ações emitidas foram subscritas pelo Fundo, sendo que R\$ 476.700 foram destinados ao aumento do capital social da companhia e R\$ 723.300 foram destinados a reserva de capital.

A integralização da totalidade das ações ocorreu em 02 de maio de 2014.

f. Em 07 de maio de 2014, o Fundo recebeu dividendos, no montante de R\$ 49.128, da investida Alupar Investimento S.A. referentes ao exercício de 2013.

g. Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a Brasilterm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Concomitantemente a esse processo, a Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

Castoamor Simões
Contador CRC-1SP 193.672/O-5

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

* * *